

O processo de urbanização da cidade de São Paulo e o Movimento Popular de Arte em São Miguel Paulista

VALDEMIR BUENO CAMARGO*

Esse trabalho foi desenvolvido a partir das pesquisas realizadas para o meu projeto de Dissertação de Mestrado intitulado “Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista: da política cultural à cultura como política”. Primeiramente, irei proceder uma breve apresentação do processo de urbanização brasileira e o papel exercido pela cidade nesse contexto para, em seguida, destacar alguns aspectos da urbanização da cidade de São Paulo e, finalmente, suas imbricações com o bairro de São Miguel Paulista e a linguagem artístico-literária do MPA - São Miguel Paulista. Desse modo queremos ressaltar que as cidades brasileiras representaram, entre os séculos XVI e XVIII, o desejo longínquo do poder metropolitano de estabelecer e manter o controle político-administrativo sobre o território da colônia por meio do sistema de capitânicas e do governo geral e, ainda, de acordo com Milton Santos “ no âmbito municipal, as funções administrativas, religiosas, jurídicas e comerciais, durante nossa história colonial representaram o poder que emanou do campo” (SANTOS, 2009, p. 21).

Analisando a evolução urbana do Brasil, se pode perceber que no período entre 1520 e 1720, se destacam três etapas da organização urbana do território brasileiro. A primeira, entre 1530 e 1570, com ênfase no intervalo entre 1530 - 1540 e o ano de 1567, data da fundação da cidade do Rio de Janeiro. A segunda etapa, que se estende de 1580 a 1640, quando são constituídas dez vilas e três cidades, sobressaindo-se a fundação da cidade de Filipéia da Paraíba, atual João Pessoa, em 1585. Na terceira etapa, entre 1650 e 1720, são fundadas 35 vilas, sendo duas delas alçadas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana brasileira está constituída por um conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades. Durante cerca de um século, nas décadas posteriores a terceira etapa do processo de urbanização do Brasil, as mudanças representadas pelo início da tecnicização do território, entre 1720 e 1815, não são capazes de modificar a estrutura sócio-política daquilo que Roger Bastide denomina como a “civilização do açúcar, fundada no poder do latifúndio e da monocultura, que assim permanece até o final do século XIX” (BASTIDE, 1978, p. 56 - 57). Este quadro só

* Programa de Pós Graduação em História - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP – Assis – SP – Mestrando.

começaria a mudar a partir de 1872, quando o engenho é substituído pela usina e a primazia do capital nacional oriundo da terra é submetida ao poder do capital financeiro internacional, e a ele se associa. Essa transformação financeira na estrutura de produção introduzida na economia brasileira pela expansão cafeeira no estado de São Paulo e o término do binômio escravidão-monarquia, no âmbito nacional, fez com que a urbanização se desenvolvesse de forma mais acelerada e, aos poucos, a casa da cidade passasse a ser mais importante do que a sede da fazenda.

Assim, na segunda metade do século XIX, movido pelo avanço da economia cafeeira e pela industrialização, o estado de São Paulo assume a dianteira desse processo de urbanização que envolveu tanto o seu interior quanto o seu litoral alimentado por capitais mercantis, e caracterizado pela implantação de novos meios técnicos no seu território. A malha ferroviária, as melhorias da estrutura portuária e os novos meios de comunicação atribuem ao território paulista uma intensa fluidez e uma maior complexidade na vida de relações, tornando mais diversas as atividades produtivas de caráter urbano, tais como o comércio e a prestação de serviços. No entanto, cerca de cem anos foram necessários para que o processo se concretizasse pois, somente a partir da segunda metade do século XX, em virtude da aceleração da industrialização associada ao capital transnacional e ao agravamento das condições de vida no campo, que a urbanização brasileira se desenvolveu de fato e adquiriu as características que conhecemos hoje.

Desse modo, entre 1940 e 1960, ainda se observa um aumento menor da população urbana em relação ao crescimento da população total do país, na década de 1960-1970, porém, ocorre um ponto de inflexão e de virada no processo, com a aproximação dos valores, para que, na década seguinte, 1970-1980, o crescimento da população urbana em termos numéricos seja maior que o da população rural e que o da taxa média de crescimento da população absoluta do país. Essa tendência, verificada no período marca a redistribuição das classes médias e pobres no território, e as cidades maiores são as que absorvem os maiores contingentes migratórios de trabalhadores pobres. Nesse contexto, a cidade de São Paulo, é aquela que apresenta o maior poder de atração e, entre 1970 e 1980, absorve 17,37% do total de migrantes do país.

Nesse contexto, a história do bairro de São Miguel que embora tendo sua origem como aldeamento indígena e missão jesuítica do século 16 sendo, portanto, um dos mais antigos

bairros da cidade de São Paulo pouco se desenvolvera. Ao se aproximar a Segunda Guerra Mundial, a demanda internacional por produtos químicos levou o governo Vargas a promover uma intensa campanha de instalação de unidades industriais desse tipo no território nacional. Desse modo, quando ali se instalou, em 1935, a Companhia Nitro Química Brasileira, o pequeno núcleo populacional paulistano se tornou um dos mais dinâmicos subúrbios industriais e núcleos operários da cidade, em que o apito da Nitro definia a rotina dos moradores, a maioria migrantes de origem rural recém chegados do interior de São Paulo, paranaenses e baianos, transformados em trabalhadores da gigantesca fábrica.

Com o fim da guerra e o aumento da concorrência com a entrada no mercado internacional de outros produtos similares, a fábrica inicia um longo processo de decadência e após passar por várias fases de reestruturação, a empresa deixou de ser uma das mais importantes do país e sua capacidade de geração de emprego e produção foi drasticamente reduzida. Na transição vivida pelo bairro entre os anos 1960 e 1980, que passou da condição de um dos distritos industriais mais importantes e representativos de uma época, para a de bairro dormitório que abriga uma grande população trabalhadora, o crescimento populacional prosseguiu acelerado com a chegada de novos migrantes e de moradores da cidade que para esta região se transferiram em busca de condições mais acessíveis de moradia, mesmo sabendo que isso implicava em piores condições de infraestrutura de saneamento básico, transporte, educação, lazer, esporte e cultura, juntamente com a crescente criminalização da população residente, sobretudo, os jovens.

O rápido crescimento populacional e o aumento das demandas sociais fizeram com que, a partir da segunda metade da década de 1970, surgisse uma série de movimentos sociais, tais como, associações de amigos de bairro, de favela, de negros, de mulheres, por moradia, assim por diante, articulados às CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, da igreja Católica, e ao novo sindicalismo. Esses movimentos sociais apontavam para as lutas e tensões sociais pela melhoria das condições de vida de seus moradores, uma vez que, o modelo desenvolvimentista associado ao capital estrangeiro aprofundado pelo governo ditatorial com o apoio das elites reacionárias, já apresentava os sinais de sua falência, e a ditadura civil-militar iniciada em 1964 começava a delinear as bases da redemocratização tutelada do país.

Convém lembrar aqui, que, em 1978, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo desenvolveu uma política cultural para o bairro de São Miguel que tinha como objetivo

transformar a pequena capela seiscentista em museu de arte sacra jesuíta, no que foi prontamente apoiada pela diocese local, com base no pressuposto da inexistência de uma produção cultural viva e de qualidade naquela comunidade operária formada por migrantes pobres. Antonio Augusto Arantes, refletindo sobre a concepção de arte e de cultura que embasava a proposta, assinalava “Os que me convidavam a fazê-lo consideravam a área onde se localizava esse bem, [...] uma área culturalmente muito pobre, com uma produção local praticamente inexistente ou muito insignificante. [...]” (ARANTES, 1984, p. 150). Porém, não foi preciso muito tempo para que o pesquisador lá encontrasse uma gama de experiências sociais diversificadas contrariando concepções preestabelecidas do órgão responsável pela cultura da cidade, que subestimava as experiências pessoais e sociais dos moradores da periferia.

À proposta desenvolvida em parceria entre a prefeitura da cidade e a igreja católica de transformar essa capela em museu de arte sacra jesuítica, opõe-se um grupo de artistas locais, que funda o MPA - Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista, apresentando um projeto cujo objetivo era transformar a pequena capela em um centro cultural em que promoveriam e divulgariam sua produção artístico-literária. O grupo alcança seu intento durante um breve período, de aproximadamente um mês, ocupando o interior da pequena capela, promovendo diversas formas de intervenção cultural, dentre as quais se destacaram as apresentações teatrais, musicais e os varais de poesia. Eram produções artísticas preocupadas com a denúncia das condições de vida da população local e, ao mesmo tempo, do momento político do país, ainda vivendo sob a repressão da ditadura civil-militar, ao mesmo tempo que buscavam fortalecer a identidade e o caráter de classe daquela comunidade. Após serem obrigados a desocupar a capela, os artistas passaram a ocupar a Praça Padre Aleixo Mafra, onde a mesma se localiza e, partir daí, as intervenções culturais feitas, geralmente aos domingos, passaram a ser encerradas sempre com um grande baile de forró e o local passou a ser conhecido também como Praça do Forró.

Se estabelece, desde então, uma certa dificuldade em torno das formas de identificação do local, aquela que remete ao caráter religioso dos tempos iniciais da colonização e aquela que aponta para a formação de uma nova comunidade de origem migrante, principalmente nordestina refletindo, ainda hoje, o conflito entre as diferentes maneiras de interpretação do valor simbólico e identitário dos espaços da cidade pelos diversos grupos sociais que dele fazem

uso. Nada mais significativo do que o fato de se tratar de uma praça, pois, a praça é o espaço da cidade que representa seu valor de uso, um fragmento da cidade que luta para permanecer livre do julgo da mercadoria e que, ao longo das décadas que se seguiram ao final dos anos 1970, vem lutando contra as estratégias de gentrificação urbana marcadas pelo urbanismo em que o mapa precede a realidade ou, ainda, pelo urbanismo inocente de certos urbanistas que acabam, por fim, servindo aos interesses do capital e suas necessidades de reprodução.

A importância que esse movimento artístico-literário teve para a cena cultural paulistana politicamente engajada do final da década de 1970 e início da década de 1980 foi significativa, visto que as experiências ali vivenciadas contribuíram para uma melhor compreensão das formas de mobilização e reivindicação social da periferia da cidade. Desse modo, faz-se necessário iluminar experiências como as do Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista resistente à massificação e ao nivelamento da cultura popular. Em 2013, o Movimento completou trinta e cinco anos de sua formação e, ao analisarmos sua trajetória, é possível perceber que a sua atuação foi de fundamental importância para que ficasse demonstrado que a periferia possui suas próprias formas de produção e resistência culturais sendo capaz, dessa forma, de construir e estabelecer suas próprias identidades sócio espaciais.

As produções artísticas do grupo tiveram a preocupação de denunciar as condições de vida da população local e, ao mesmo tempo, o momento político do país, ainda vivendo sob a repressão. Segundo Marília Pontes Sposito “a relação entre arte e política, movimentos populares e Estado, cultura de massas e cultura popular é um importante aspecto a ser explorado naquilo que diz respeito a produção do MPA – Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista” (SPOSITO, 1987, p. 03).

Um dos excelentes exemplos dessa capacidade de expressão artística com teor profundamente político é a canção Passarinho de Edvaldo Santana que, por sinal, foi adaptada para a peça, Canção para ninar o menino morto, encenada pelo Grupo Teatral Periferida, na qual se lê “agora o menino dorme na sua postura correta; sozinho na noite enorme como quem dorme de forma completa; por não ter havido outro jeito senão crescer depressa (...); por não ter havido diferença entre as coisas da vida e da morte...” (SANTANA, 1980). Versos que explicitam a condição de abandono e miséria da infância submetida a violência, quase sempre praticada pelo Estado ou por grupos de extermínio.

A produção artístico literária do Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista traz aspectos do cotidiano, contendo não somente a percepção quanto ao ser estar espacial de cada um naquela realidade em que se inserem mas, também, aspectos sociais que representam e denunciam as carências e reivindicações da comunidade, próprias de uma estrutura econômica caracterizada pela urbanização enquanto processo de valorização seletiva e rentista do espaço da cidade.

No entanto, aos movimentos sociais do período 1960-1980, seguiu-se um discurso midiático-corporativo-estatal bem articulado, que conseguiu absorver e transformar os protestos em meras manifestações representativas dos direitos civis das minorias, não permitindo que houvesse uma discussão mais profunda sobre a crise do capitalismo. Formou-se um discurso ideológico neoliberal ensurdecador que fez com que as vozes de protesto fossem baixando até que não pudessem ser ouvidas. Acontece que, como afirma Rossana Reguillo,

Mas aconteceu que os xamãs do mercado, os neo políticos (endinheirados por detrás dos seus êxitos de pesquisa), tanto como os diversos produtos e materiais ideológicos que circularam planetariamente espalhando “a palavra”, não puderam rebater a evidência de um empobrecimento estrutural indigno, de uma brecha crescente entre a concentração de riqueza e o enorme exército de excluídos e despossuídos que encheram as páginas dos jornais e as telas eletrônicas com um protesto que foi subindo de tom, na luta não só para subverter uma ordem intolerável, mas por exercer seu direito à visibilidade e ao reconhecimento. (REGUILLO, 2005, p. 199).

Observadas as especificidades históricas de cada momento, sem deixar de considerar suas semelhanças, cumpre lembrar que, nos últimos anos, percebemos a ocorrência de uma série de protestos exigindo mais democracia e transparência no sentido de uma maior participação popular na tomada de decisões, tanto no âmbito local quanto nacional dos governos, consequência da crise da doutrina neoliberal e do uso corporativo do Estado pelas grandes empresas e pelos grupos organizados de poder, colocando em questão o modelo de democracia representativa, o discurso da racionalidade econômica e as políticas governamentais calcadas na lógica da contenção de gastos públicos e na eficiência dos mercados.

Os protestos populares que vêm ocorrendo desde 2008, em diferentes lugares do mundo, em países árabes do Norte da África e do Oriente Médio, que acabaram denominados como a “*Primavera Árabe*”; nos Estados Unidos, como o movimento “*Ocupa Wall Street*”; na Europa, os protestos contra as políticas de combate à crise fiscal definidas pela “*Troica*”, e as manifestações brasileiras, em muito remetem ao ambiente vivido no mundo entre 1960 e 1980. Nos dois momentos, trata-se de movimentos sociais de caráter urbano que refletem não apenas uma crise estrutural cíclica de reprodução do capital, mas, um questionamento sobre valores e princípios sociais, sobretudo naquilo que envolve a relação entre o que representa o público e o privado, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a expansão quantitativa e qualitativa das classes médias urbanas.

Como a insatisfação popular em relação ao modo de governar, baseado na racionalidade econômica e na concessão de privilégios fiscais e monetários aos

conglomerados transnacionais, vai se tornando evidente, a única resposta encontrada pelos governos vincula-se à repressão policial sobre o direito de uso e ocupação do espaço urbano. Essa resposta vem ao encontro aos modelos de gentrificação urbana que seguem sendo adotados pelos governos atuais, na tentativa de formular novas estratégias de segregação e controle social sobre a cidade, com base na concepção da recuperação de áreas urbanas degradadas e da necessidade de ampliação das estratégias de segurança pública.

Portanto, nosso intuito ao resgatar a produção artístico literária do Movimento Popular de Arte de São Miguel Paulista é contribuir para uma melhor compreensão e elaboração de estratégias de enfrentamento dos atuais desafios impostos pela nova crise de reprodução do capitalismo, evidenciada pela explosão da bolha especulativa de 2008, que se expressa na forma de mais autoritarismo, repressão e violência policial, sobretudo, na atual conjuntura político institucional por que passa o Brasil, desde as eleições presidenciais de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- AB' SABER, Aziz Nacib. *O sítio urbano de São Paulo in AZEVEDO, Aroldo. A cidade de São Paulo, Estudos de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1958, vol. 1
- ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Subúrbios Orientais de São Paulo*. São Paulo: USP, Doutorado em Geografia, 1945.
- BASTIDE. Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: Difel, 1978.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Obras Escolhidas II, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar – A Aventura da Modernidade*, São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BOMTEMPI, Sylvio. *O Bairro de São Miguel Paulista*. São Paulo: Prefeitura Municipal/Departamento de Cultura, 1970.

- BOMTEMPI, Sylvio. *Origens Históricas de São Miguel Paulista*. São Paulo: Unicusul, 2000.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Problemas ligados à cultura das classes trabalhadoras*. In VALLE e QUEIROZ (Orgs). *A cultura do povo*. São Paulo: Educ, 1982.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades*. Texto Xerografado, 1990 in LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade na Transição, Santos: 1870-1913*. São Paulo-Santos: Editora Hucitec – Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. *O Papel da Cultura em Cidades pouco Sustentáveis*. In SERRA, Monica Allende. *Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Tradução São Paulo: Difel, 1971.
- FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade Operária, Migração Nordestina e Lutas Sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- GEORGE, Pierre. *La ville. Le fait urban a travers le monde, 1952*. In LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade em Transição, Santos: 1870-1913*. São Paulo – Santos: Editora Hucitec – Prefeitura Municipal de Santos.
- GOULART REIS FILHO, Nestor. *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968 in SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. Tradução Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. Tradução Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLLANDA. Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- JACOBS, Janes. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Coleção Mundo da Arte. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2009

- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade na Transição, Santos: 1870-1913*. São Paulo-Santos: Editora Hucitec – Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MORAIS, Isabel Rodrigues de. *São Miguel Paulista – Capela de São Miguel Arcanjo: Interfaces da Memória do Patrimônio Cultural*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
- POGLIOLI, Renato. *Teoria de la arte de vanguardia*. Madri: Revista de Occidente, 1964.
- REGUILLO, Rossana. *Utopias e Heterotopias Urbanas. A disputa pela cidade possível*. in SERRA, Monica Allende (org.). *Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SCHUARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- SPOSITO, Marília Pontes (coord.). *Memória do Movimento Popular de Arte no Bairro de São Miguel Paulista: Cultura, Arte e Educação*. USP, FFCL, 1987.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*. Trad. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

